



A INTERSECIONALIDADE COMO CHAVE ANALÍTICA PARA A LUTA ANTICOLONIAL DAS MULHERES NEGRAS NA AMAZÔNIA

Maria Santana dos Santos Pinheiro Teixeira¹

*Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social- PPGSS,
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém-PA, Brasil.*

Maria do Socorro Rayol Amoras²

*Faculdade e Pós-Graduação em Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, PA, Brasil*

Resumo: Este artigo discute a interseccionalidade como ferramenta analítica e política para o desvelamento das sobreposições das opressões sofridas pelas mulheres negras e quilombolas da Amazônia, perscrutando o reconhecimento dos seus protagonismos. A discussão problematiza a naturalização de subalternidades impostas pelo projeto de colonização às mulheres negras nas Américas e, em particular, às mulheres quilombolas na Amazônia. A Região padece do contínuo genocídio e saqueamento de suas riquezas biodiversas. A racialização se aprofunda na intersecção com as desigualdades de gênero, opressões de classe e de espacialidades regionais, como está evidenciada na pandemia da Covid-19. Contudo, são agentes da manutenção dos seus grupos e do território tradicionalmente ocupado. Espera-se contribuir com os feminismos, isto é, com a resistência anticolonial dessas mulheres, visando a construção de projetos sociais, políticos e emancipatórios.

¹ Assistente Social, Mestranda em Serviço Social - Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PPGSS - UFPA, Pós-Graduanda em Análise de Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina – (Grupo de Estudos e Pesquisa Eneida de Moraes – GEPEM/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UFPA, Integrante dos grupos de pesquisas: INTERFACES - relações étnico-raciais, gênero, geração e corpo em territórios amazônicos e GESTERRA - Sociedade, Território e Resistência na Amazônia, monitora do Programa de acompanhamento da aprendizagem de Indígenas e Quilombolas estudantes da UFPA; Membro da Rede Fulanas - Negras da Amazônia Brasileira. E-mail: m.stana@hotmail.com e ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0347-3132>

² Doutora em Antropologia, Professora da Universidade Federal do Pará-UFPA, Faculdade e Pós-Graduação em Serviço Social, Instituto de Ciências Aplicadas, Belém, PA, Brasil; Líder do grupo de pesquisa INTERFACES - relações étnico-raciais, gênero, geração e corpo em territórios amazônicos; Coordenadora da pesquisa financiada pelo CNPQ: “Mulheres Quilombolas em Movimento: o protagonismo feminino na organização social e política do território”; Coordenadora do Programa de acompanhamento da aprendizagem de Indígenas e Quilombolas estudantes da UFPA; Membro da Rede Internacional de Educação Popular Diálogos com África. E-mail: samoras@ufpa.br e ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0785-4490>



Palavras-chave: interseccionalidade; decolonialidade; mulheres quilombolas; gênero; covid-19.

INTERSECTIONALITY AS ANALYTICAL KEY TO THE ANTICOLONIAL FIGHT OF BLACK WOMEN IN THE AMAZON

Abstract: This article discusses intersectionality as an analytical and political tool for unveiling the overlaps of oppression suffered by black and quilombola women in the Amazon, looking at the recognition of their protagonism. The discussion problematizes the naturalization of subalternities imposed by the colonization project on black women in the Americas and, in particular, on quilombola women in the Amazon. The Region suffers from continuous genocide and the plundering of its biodiverse wealth. Racialization deepens at the intersection with gender inequalities, class oppression and regional spatialities, as evidenced in the Covid-19 pandemic. However, they are agents of the maintenance of their groups and the traditionally occupied territory. It is expected to contribute to black feminisms, that is, to the anti-colonial resistance of these women, aiming at the construction of social, political and emancipatory projects.

Keywords: intersectionality; decoloniality; quilombola woman; genre; Covid-19.

LA INTERSECCIONALIDAD COMO CLAVE ANALÍTICA DE LA LUCHA ANTICOLONIAL DE LAS MUJERES NEGRAS EN LA AMAZONÍA

Resumen: Este artículo discute la interseccionalidad como una herramienta analítica y política para el desprendamiento de las superposiciones de opresión que sufren las mujeres negras y las quilombolas de la Amazonía, mirando hacia el reconocimiento de sus protagonismos. La discusión problematiza la naturalización de las subalternidades impuestas por el proyecto de colonización de las mujeres negras en las Américas y, en particular, de las mujeres quilombolas en la Amazonía. La Región sufre el continuo genocidio y la calma de sus riquezas biodiversas. La racialización se profundiza en la intersección con las desigualdades de género, las opresiones de clase y las espacialidades regionales, como se evidencia en la pandemia de Covid-19. Sin embargo, son agentes del mantenimiento de sus grupos y del territorio tradicionalmente ocupado. Se espera contribuir a los feminismos, es decir, con la resistencia anticolonial de estas mujeres, apuntando a la construcción de proyectos sociales, políticos y emancipadores.

Palabras-clave: interseccionalidad; decolonialidad; mujeres quilombolas; género; Covid-19.

L'INTERSECTIONNALITÉ COMME CLÉ ANALYTIQUE DE LA LUTTE ANTICOLONIALE DES FEMMES NOIRES EN AMAZONIE

Résumé: Cet article traite de l'intersectionnalité en tant qu'outil analytique et politique pour démêlant les chevauchements d'oppression subies par les femmes noires et les quilombos de l'Amazonie, en regardant dans la reconnaissance de leurs protagonismes. La discussion questionne la naturalisation des sous-ethnies imposée par le projet de colonisation des femmes noires dans les Amériques et, en particulier, sur les femmes quilombos en Amazonie. La Région souffre de la poursuite du génocide et de l'apesantation de ses richesses biologiques. La racialisation s'approfondit à l'intersection



des inégalités entre les sexes, des oppressions de classe et des spatialités régionales, comme en témoigne la pandémie de Covid-19. Cependant, ils sont des agents de l'entretien de leurs groupes et du territoire traditionnellement occupé. Il devrait contribuer aux féminismes, c'est-à-dire avec la résistance anticoloniale de ces femmes, visant à la construction de projets sociaux, politiques et émancipateurs.

Mots-clés: intersectionnalité; la décolonisation; femmes quilombola; le sexe; Covid-19.

INTRODUÇÃO

É inquestionável a contribuição dos estudos que se propuseram a desvelar o sistema de dominação do projeto colonizador nas Américas, contudo, é preciso alcançar o questionamento do racismo como estrutura do capitalismo, como defende Almeida (2019), no sentido de problematizar a episteme civilizatória do patriarcado que o sustenta, qual seja: o ideal branco, ocidental, burguês, masculino, cisheterossexual, urbano, cristão, eurocêntrico e adultocêntrico.

Na última década, paralelo ao avanço desses estudos, vem ocorrendo um crescimento destacável da participação de mulheres negras no movimento social e, em particular, na construção dos feminismos negros. Nesses espaços, colocam no centro do debate o conjunto universal e universalizante do ideal ocidental de civilização, isto é, a colonialidade do *poder*, do *saber*, do *ser* e do *gênero*. Assim, essas mulheres têm feito um esforço hercúleo para denunciar o modo como essas colonialidades imprimem nos seus corpos opressões sobrepostas e naturalizadas, isto é, identidades subalternas. Estando na base da pirâmide social, são muito mais afetadas pelas expressões da questão social.

Desde à abolição da escravatura a força de trabalho das mulheres negras permanece alocada nas atividades informais desvalorizadas e na exploração do trabalho doméstico. Essas mulheres chefiam sozinhas suas extensas famílias nas periferias das cidades, sendo também uma realidade em comunidades rurais próximas às áreas urbanas. Possuem baixa escolaridade e recebem os menores salários em relação aos homens. Estão nos rostos do sistema prisional feminino, das vítimas da violência de gênero, das trabalhadoras domésticas e do trabalho informal feminino e das usuárias da política de assistência social. Logo, a população brasileira, racializada, tem gênero e classe. Não sendo possível, deste modo, compreender a complexidade das problemáticas sociais do Brasil se esses marcadores sociais das diferenças não forem interseccionados.

O projeto colonial deu a alcunha de Amazônia ao norte (ou sul?!) da AbyaYala (América) e a forjou no imaginário da “selvageria”, ou seja, associou-a à “incivilidade” e a reservatório de riquezas (força de trabalho e recursos naturais disponíveis). A homogeneização dessa ideia, na execução do projeto, serviu à implantação do capitalismo no continente europeu e à sua expansão. Muito eficiente a esse projeto foi a domesticação colonizadora da flora e da fauna. As pessoas que nela já viviam não foram reconhecidas como humanas, porque não correspondiam à ideia de “humano/racionalidade” que brancos europeus construíram. Povos da Amazônia e de África foram classificados entre os animais selvagens, estavam na mesma condição de exploração dos recursos produtores de riquezas: animais, vegetais e minerais.

Para acessar tais riquezas, foi preciso colonizar o *ser* -, apagando dos seus corpos suas cosmologias e cosmogonias, isto é, domesticar suas mentes por meio da imposição da língua e da religião cristã. Colonizar o *poder*, enfraquecendo seus grupos pela destituição de seus sistemas religiosos, por onde conduziam a política da vida em sociedade. Colonizar o *saber*, inferiorizando os postulados hermenêuticos dos seus esquemas científicos e classificatórios. Colonizar o *gênero*, imprimindo as concepções biologicistas e religiosas do sexo (masculino e feminino), criadoras das relações hierárquicas e desiguais entre homens e mulheres, sustentáculos do patriarcado colonizador. Toda uma investidura para tornar homens e mulheres “humanos” (aos ideais do masculino branco europeu), sujeitos moldados na racionalidade racista e sexista do colonialismo.

Como nos primórdios, populações inteiras na Amazônia continuam sendo exterminadas pelos inúmeros assassinatos, pela proliferação de doenças, expulsão das suas terras e destruição do meio ambiente pelos grandes empreendimentos do capital nacional e internacional. Para esses povos, o território é ancestralidade, porque é espaço físico e simbólico construído nas suas relações históricas com a terra - a *cultura*. No entanto, a cada tempo esses empreendimentos aperfeiçoam seus dispositivos de dominação.

O norte do Brasil concentra o maior número de municípios com comunidades remanescentes de quilombo, sendo essa população um dos grupos populacionais mais vulneráveis do Brasil. Isso significa dizer que a vida das mulheres negras nessa Região é exposta às diversas e interseccionadas violações. Este trabalho, portanto, discute a *interseccionalidade* como ferramenta analítica e política para o desvelamento dessas

opressões e suas sobreposições, perscrutando o reconhecimento dos seus protagonismos no enfrentamento ao projeto colonial. Espera-se levantar reflexões que possam iluminar estudos que evidenciem a agência dessas mulheres na construção da luta anticolonial pela defesa dos seus territórios, dos seus corpos e dos seus grupos, com vistas à construção de projetos sociais, políticos e emancipatórios.

INTERCECCIONALIDADE: UMA FERRAMENTA DE ANÁLISE POLÍTICA

A norte-americana Kimberlé Crenshaw em 1989 usa o termo *interseccionalidade* pela primeira vez para teorizar o entrelaçamento das diferentes formas de opressão que marcam as experiências de vida das mulheres negras:

[...] interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

Os estudos feministas que aderiram à *interseccionalidade* concentram-se na tentativa de focar em que medida raça, gênero, classe, idade, etnia, orientação sexual e outros marcadores sociais das diferenças, interagem com a realidade sócio-material na vida de mulheres. Akotirene (2019), descreve a localização das mulheres negras e sua marginalização estrutural, situando a *interseccionalidade* como um paradigma teórico e metodológico, da tradição feminista negra, para analisar o padrão colonial moderno na promoção dos racismos e dos sexismos institucionais contra as identidades desfocadas pelas estruturas:

[...] a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade – elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequências e tipos de discriminações interseccionais (AKOTIRENE, 2019, p. 59).



Nesse sentido, a *interseccionalidade* está sendo acionada neste estudo para que as armadilhas de interpretações reducionistas e/ou essencialistas, como aquelas que só miraram um certo modo de “ser mulher” (branca, cristã, heterossexual, urbana e de classe média), sejam evitadas, como também discute Maria Lugones (2014, p. 935):

A modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis. A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença.

Gênero e raça tratados como categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, têm contribuído com um sistema de dominação que invisibiliza as opressões presentes na vida das mulheres não brancas e de territórios subalternizados. E, em se tratando de mulheres dos povos e comunidades tradicionais, o racismo e a desigualdade de gênero somam-se à discriminação regional e espacial. Pela lógica capitalista colonialista, a Região Amazônica representa o atraso, a selvageria e a improdutividade, um estado de natureza em oposição à civilidade.

Por isso, os povos da Amazônia são tratados como “problema” para o desenvolvimento da Região, ou seja, vistos como limitados para o desenvolvimento e o progresso. O olhar do colonizador, há séculos se reproduzindo, moldado na racionalidade ocidental das ideais iluministas, associou as mulheres à natureza e, os homens, à civilização. Com isso, as práticas femininas operadas pelas suas cosmovisões, cosmogonias e epistemologias, que dão sentido aos seus grupos, comunidades e ao território tradicionalmente ocupado, são subalternizadas pela racionalidade da civilidade da modernidade, que é, hegemonicamente, masculina.

Reflete-se, desse modo, a importância da *interseccionalidade* como ferramenta analítica e política para compreender as sobreposições das opressões na vida das mulheres negras, como reflete Lugones (2014, p. 941) acerca da *colonialidade do gênero*:

A colonialidade do gênero permite-me compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado. Como tal, quero compreender aquele/a que resiste como oprimido/a pela construção colonizadora do lócus fraturado. Mas a



colonialidade do gênero esconde aquele/a que resiste como um/uma nativo/a, plenamente informado/a, de comunidades que sofrem ataques cataclísmicos. Assim, a colonialidade do gênero é só um ingrediente ativo na história de quem resiste.

Contudo, o desvelamento dessas opressões, por meio das perspectivas interseccional e decolonial, exige o reconhecimento da agência dessas mulheres no enfrentamento ao capitalismo. A *interseccionalidade*, nesse sentido, afirma-se como uma instrumentalidade da dialética no reconhecimento da potência no sujeito oprimido, ou seja, as mulheres negras, mesmo em condições de subalternidades, estão ao longo de séculos resistindo e enfrentando o racismo estrutural e a desigualdade de gênero que se mantém pela opressão de classe, materializadas pelas *necropolíticas* de governos autoritários (ACHILLE MBEMBE, 2018).

Segundo o Censo de 2010, a população do Norte é composta por uma maioria feminina e negra e, agora, junta-se ao dado da maioria de quilombolas. Estudos têm mostrado os inúmeros conflitos sociais e territoriais que essas populações enfrentam por séculos no norte da Amazônia. São acometidas pela degradação do meio ambiente e a consequente proliferação de doenças e de escassez de alimentos; roubo de suas terras; remanejamentos forçados; avanço da cidade sobre o território e a imposição de modos de consumo; falta de políticas públicas e de incentivos agrícolas. E, fruto do empreendimento colonial que se atualiza no tempo, as mulheres dessas comunidades também são subjulgadas à cultura do patriarcado, cabendo a elas as tarefas domésticas junto às suas famílias (AMORAS, 2014).

São essas mulheres que organizam a agricultura familiar nas comunidades e, dependendo da proximidade com a cidade, alternam os trabalhos dentro da comunidade com o serviço doméstico fora. Enquanto a maioria dos homens migra para os postos de trabalho nos centros urbanos e, muitos terminam por constituir outro grupo familiar nas periferias das cidades. As mulheres assumem sozinhas a chefia familiar e recaem sobre elas todas as ameaças ao território, porque ficam à frente das investidas diárias para garantir alimentação e água potável para o grupo familiar e, ainda, cumprir as responsabilidades com as crianças, os jovens e os idosos (AMORAS, 2014).

De acordo com o IPEA (2020), em 2018 havia seis milhões de trabalhadores/as domésticos/as, dentre esses, 5,7 eram mulheres e 3,9 milhões eram mulheres negras. Esses dados têm tido significativo aumento nos tempos atuais, como podemos observar:



Apesar da importância central para a organização social e econômica, é uma ocupação que se caracteriza pela invisibilidade, desvalorização e baixa regulamentação, o que expõe as trabalhadoras a situações precárias de trabalho e a uma grande vulnerabilidade, que se intensifica em momentos de crise, como este da pandemia do coronavírus. Quando nos referimos ao trabalho doméstico, estamos tratando de uma das ocupações mais antigas e importantes em numerosos países. É fundamental ter em mente que essa ocupação está vinculada à história mundial da escravidão, do colonialismo e outras formas de servidão. No Brasil, historicamente, é um trabalho desempenhado predominantemente por mulheres negras e de baixa renda, e, atualmente, se manifesta como um fenômeno mundial que perpetua dinâmicas de discriminações baseadas na raça, na etnia, na origem social e na nacionalidade. (Boletim Vulnerabilidades das Trabalhadoras Domésticas no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, IPEA, 2020, p. 12)

As mulheres negras das periferias das cidades são diretamente atingidas pela precarização do trabalho e a sobrecarga doméstica. Elas estão mais expostas às violações. Não ter o que comer e não ter o mínimo necessário para suprir suas necessidades e da família, as tornam mais vulneráveis, suscetíveis às inúmeras opressões: assédios, longas jornadas de trabalho e estão mais expostas às doenças contagiosas, porque também, são elas, as mais requisitadas para o cuidado de doentes (não sendo diferente esta função dentro das suas famílias). Como comprovou o fato de a primeira morte pelo Covid-19, no Brasil, ter sido de uma empregada doméstica negra, infectada pela patroa que sobreviveu. O racismo, nesse sentido, sustenta a exploração histórica dessas mulheres no âmbito do trabalho doméstico e na manutenção da sociedade de classe, como estudou Angela Davis (2016) em *Mulheres, raça e classe*.

Problematizar a vida subalterna das mulheres negras da Amazônia, não significa vitimizá-las e não reconhecer suas agências, lutas e resistência frente ao projeto colonial, mas sim, admitir que seus corpos estão interseccionados por inúmeras violações que não atingem, igualmente, os homens negros e as mulheres brancas, pois estão encerradas nas bases da pirâmide social. Contudo, as mulheres quilombolas, por exemplo, enfrentam longos processos judiciais contra os grandes empreendimentos que ameaçam destruir seus territórios. Constantemente, acionam os dirigentes públicos para denunciar o racismo ambiental, cobrar a qualidade das escolas e políticas de saúde e assistência social. Nessa luta pela manutenção do grupo, vão se constituindo em lideranças políticas dentro das comunidades e no movimento social. E, por meio da luta em diversas frentes, abrem fraturas nas bases do colonialismo, questionando a racionalidade da modernidade, isto é, essas mulheres travam uma luta anticolonial nessa Região. E dão continuidade as lutas

daquelas mulheres negras escravizadas que protagonizaram os movimentos abolicionistas, como recuperaram em seus estudos Silva e Barreto (2014).

A colonização não se configura apenas como uma investida do passado, pois atualiza-se no tempo pela *colonialidade* do poder, do saber, do ser e do gênero, levada à cabo pelas designações do sistema moderno/colonial (QUIJANO, 2005). A *colonialidade* consiste na permanência de uma narrativa hegemônica do colonizador sobre o colonizado (o *Outro* racializado), que age nos diversos aspectos da vida social envolvendo o poder nas dimensões do ser e do saber (QUIJANO, 2005).

Para Quijano (2005, p. 117), a ideia de raça surge como “uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros”. Essa ideia foi assumida pelos colonizadores como o principal elemento constitutivo, fundacional das relações de dominação que a conquista do “Mundo Novo” exigia. Nessas bases, “conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder”.

As vertentes críticas das Ciências Sociais e Humanas têm feito um esforço grande para refutar as narrativas hegemônicas da historiografia tradicional sobre a colonização, no sentido de mostrar a luta dos grupos subalternizados, reconhecendo seus ativismos no enfrentamento aos conquistadores desde os primórdios da colonização, contudo, a maioria dos estudos, ainda faz referência ao protagonismo dos homens, ou sem referência de gênero, enquanto as mulheres não aparecem como partícipes dos movimentos insurgentes.

As mulheres na cultura ocidental moderna sempre estiveram encerradas no âmbito do espaço privado (o doméstico, a casa) e toda a sua vida social restringe-se ao cuidado da família e à maternidade (PATMAN, 1993). O lugar da política sempre foi definido como sendo o espaço público e esse lugar concebido como próprio dos homens. E, nesse lugar dos homens e com os homens, os embates políticos acontecem. Nesse lugar, o Estado e a sociedade burguesa patriarcal, nas suas múltiplas dimensões, orientam e definem políticas e um conjunto de instituições da sociedade política e civil, articulam-se para manter e reforçar o consenso afirmado em uma ordem social, econômica, cultural, religiosa e política, determinando que as mulheres como categoria social estejam sempre na condição de subordinadas e restritas ao espaço privado.

Desse modo, o Estado e a sociedade nas suas múltiplas dimensões encerram as mulheres no espaço doméstico (na família), concebendo-as como não partícipes da



produção da vida social. A exemplo disso, de acordo com o *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 1995-2015*, estudo realizado pelo IPEA, com base nos indicadores produzidos pela PNAD/IBGE, divulgado em 06 de março de 2017, o número de lares brasileiros chefiados por mulheres pobres e negras vem crescendo progressivamente nos últimos anos. A mulher sozinha se responsabiliza pelo provimento econômico e emocional do seu grupo familiar. Esse documento mostra que, em 1995, 23% dos domicílios tinham mulheres como pessoas de referência. Vinte anos depois, esse número chegou a 40%, porém, observa: as famílias chefiadas por mulheres não são exclusivamente aquelas nas quais não há a presença masculina, pois, em 34% delas, havia a presença de um cônjuge.

A análise, contudo, afirma que é elevado o número de famílias chefiadas por mulheres sem o cônjuge e com filhos e, na maioria desses casos, ressalta: “tais famílias se encontram em maior risco de vulnerabilidade social, já que a renda média das mulheres, especialmente a das mulheres negras, continua bastante inferior não só à dos homens, como à das mulheres brancas” (IPEA, 2017, p. 1). Trata-se, portanto, do fenômeno da chefia familiar feminina, o qual é pouco compreendido pelas políticas sociais que tomam a família como centralidade. O estudo mencionado ainda indica que as mulheres estão ao longo do tempo empobrecendo mais que os homens.

Justifica-se, assim, a necessidade de trabalhos que evidenciem as experiências vividas pelas mulheres subalternizadas no campo e na cidade, possibilitando fazer eco às suas vozes. É evidente a invisibilidade de suas estratégias de resistência para garantir a existência de seus grupos familiares e/ou comunitários. A imagem da mulher negra ao longo de séculos foi impregnada de sentidos pejorativos do erótico, do exótico e da subserviência, representação de uma sociedade racializada, patriarcal e eurocentrada. O patriarcado é um sistema de dominação que move relações arbitrárias de poder, uma suposta moral da racionalidade masculina, heterossexual, branca, cristã e burguesa sobre a vida das mulheres. Como argumenta Julieta Paredes (2010), o capitalismo é patriarcal.

Em a “*História das Mulheres no Brasil*” a historiadora Mary Del Priore (1997) faz um esforço para reunir trabalhos que mostram as mulheres participantes tanto quanto os homens nos acontecimentos políticos e econômicos, desde os primórdios da colonização até aos mais recentes movimentos sociais. A coletânea tem uma importante contribuição na visibilidade da agência das mulheres, libertando-as também de um



suposto lugar de vitimização, fruto do disciplinamento e da subjugação do patriarcado, como algumas vertentes teóricas reprodutivistas postularam.

Na última década, vem ocorrendo um crescimento destacável da participação de mulheres negras e quilombolas no movimento social, como noticiado pela página na web *Géledes*. Nos meados do século passado, emergem novas abordagens dos feminismos que se propõem dialogar com as particularidades de outras mulheres, aquelas que não se enquadram no modelo construído do “ser mulher” pela chamada “primeira onda” do feminismo, isto é, da mulher branca, urbana e de classe média. Entre essas *outras mulheres* que não apareceram na pauta do movimento feminista, estavam as mulheres negras subalternizadas pelo projeto colonial, como retrataram as ativistas feministas que muitos contribuíram para a afirmação do movimento feminista negro na década de 1970, a chamada “segunda onda” do feminismo, como as norte-americanas Ângela Davis, Audre Lorde, Bell Hooks, entre outras.

Essas autoras e ativistas muito contribuíram para a compreensão das opressões que atingem a vida de mulheres negras em relação às mulheres brancas, aos homens brancos e aos negros. A declaração do coletivo “Combahee River”, movimento social composto por mulheres negras na década de 70, enfatiza os pontos centrais do feminismo negro:

[...] A declaração mais geral sobre a nossa política atual seria que estamos comprometidas ativamente na luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual, e de classe, e que vemos como a nossa tarefa particular o desenvolvimento de uma análise e de uma prática integrada, baseadas no fato de que os grandes sistemas de opressão são interligados. A síntese dessas opressões cria as condições das nossas vidas. Como mulheres negras, vemos o feminismo negro como o movimento político lógico para combater as opressões multifacetadas e simultâneas que todas as mulheres não-brancas enfrentam. (DECLARAÇÃO DO COLETIVO COMBAHEE RIVER, 1978, p. 01).

No contexto brasileiro, Sueli Carneiro e Lélia Gonzáles, dentre outras, também deixaram contribuições importantíssimas para a consolidação do feminismo negro. Ainda se destacam as contribuições da mexicana Glória Alzandúa (2000) e da argentina Maria Lugones (2014) ao feminismo denominado de *descolonial*. Ambas colocam em evidencia as sobreposições das opressões nas mulheres mestiças, indígenas, de cor e do terceiro mundo, ou seja, àquelas que vivem em contextos coloniais e pós-coloniais.

O feminismo *comunitário*, vertente defendida pela boliviana Julieta Paredes (2010), também propõe uma ruptura com a epistemologia do feminismo ocidental. Esta



corrente se autodefine como um movimento sócio político e se centra na necessidade de construir comunidades. Originou-se na Bolívia e conta com um forte componente indígena. A ideia de comunidade não se restringe ao âmbito rural. A comunidade é compreendida como um “princípio de inclusão que cuida da vida”, e é o espaço em que convivem as pessoas.

Ao falar de comunidade, Julieta Paredes, refere-se às comunidades urbanas, rurais, religiosas, esportivas, culturais, políticas, de lutas territoriais, educativas, de lazer, de bairro, de gerações, sexuais, agrícolas, escolares, etc. Para ela, é uma perspectiva para compreender que todos os grupos humanos podem construir comunidades. Esta vertente se coloca como uma proposta alternativa à sociedade individualista imposta pelo modelo ocidental burguês e (pós) neoliberal, onde a vida comunitária não é possível. Nesse sentido, o feminismo comunitário é para as mulheres da América Latina, indígenas, negras e mestiças, uma possibilidade de leitura interseccional das opressões que subalternizam seus corpos e de compreensão da importância de se construir lutas coletivas a partir das suas comunidades, dos seus grupos, dos seus territórios.

A ATUALIZAÇÃO DO PROJETO COLONIAL NA VIDA DAS MULHERES NEGRAS

A conjuntura da política econômica internacional mira a destruição total dos direitos básicos e das políticas públicas. Assolada por uma das maiores crises sanitárias do mundo, causada pela pandemia da COVID-19, atinge diretamente a população negra e, particularmente, as mulheres negras, porque estão encerradas na base da pirâmide social, como já mencionamos anteriormente.

A ausência de medidas de proteção da população mais vulnerável se configura como uma política genocida, sendo parte e todo de um projeto avassalador de sobrevivência do capitalismo, via manutenção dessa estratégia de dominação em terras colonizadas, que Achille Mbembe (2018) teoriza como *Necropolítica*, o seu *modus operandi*: o racismo naturalizado seleciona biologicamente quem deve morrer e quem deve viver. Esse empreendimento de morte anunciada, ao longo de séculos, elimina pessoas e grupos destituídos historicamente de humanidade, animalizados, bestializados; aqueles vistos como despesas para o Estado e improdutivos para o capital, ou seja, impeditivos ao progresso, como são considerados os povos da Amazônia.

O ano de 2020 depara-se com a face perversa da *necropolítica* no Brasil. Conforme o Ministério da Saúde (Boletim Epidemiológico, nº 22, p. 30, 2020), as pessoas pardas são as que mais vêm a óbito pela covid-19, seguida das pessoas brancas, e as negras estão em último lugar nesse percentual. No entanto, de acordo com o IBGE, negros e pardos, formam a população negra. Então, podemos fazer a assertiva de que a pandemia atinge diretamente a população negra, como informa o referido Boletim:

A raça/cor parda é a mais frequente dentre os óbitos de SRAG (35.759), seguida da branca (30.178), preta (5.286), amarela (1.093) e indígena (352). É importante ressaltar que 18.142 óbitos não possuem a informação registrada. Para os óbitos de SRAG por COVID-19, o perfil de raça/ cor se manteve, sendo a parda (24.323) a mais frequente, seguida da branca (17.363), preta (3.375), amarela (725) e indígena (278).

Devido à Pandemia da Covid-19, os dados da última coleta do Censo foram antecipados pelo IBGE e divulgados de modo parcial, ficando a totalidade prevista para 2021. A intenção foi a de subsidiar políticas para enfrentar a Covid-19 junto aos povos tradicionais, considerando o fato de pela primeira vez ter levantado dados sobre as populações quilombolas. Os resultados apontam os estados do Norte abrigando os municípios com o maior número de comunidades quilombolas do Brasil.

Segundo a Secretaria de Segurança do Pará-SEGUP (2020), durante este período da pandemia do covid-19, houve um aumento nos casos de violência doméstica em todo o país, sendo necessário a criação da campanha “sinal vermelho”. Essas mulheres, como menciona o IPEA (2020, p. 12), “vítimas do racismo, têm seus corpos convocados para constituírem a linha de frente do combate à Covid-19, no interior das casas”. Uma realidade, portanto, com referência no passado colonial, é mais uma entre as inúmeras que produzem subalternidades, colonialidades, na vida da população feminina negra. Contudo, se o Brasil possui, segundo o Censo de 2010, uma população de maioria negra e feminina, é porque essas mulheres travam uma luta histórica de resistência contra o genocídio da população negra.

De acordo com Amaro (2005), a discriminação racial e social há séculos viola as comunidades afrodescendentes de todo o mundo, subjugando-as social, política e economicamente. Nesse sentido, Gomes (2017), afere que o termo raça, quando relacionado à população negra, sempre trouxe longas discussões, seja nas Ciências Sociais e/ou no movimento social. Dependendo do modo e contexto em que o termo raça



for usado, pode ter vários sentidos, como: discriminação, preconceito, empoderamento e etc., no entanto, deparamo-nos, cotidianamente, com o termo “raça” em seu sentido naturalizado:

[...] o termo “raça”, é utilizado para “nomear, identificar ou falar sobre pessoas negras, deve-se também, ao fato de que a “raça” nos remete ao racismo, aos ranços da escravidão e às imagens que construímos sobre “ser negro” e “ser branco” em nosso país” (GOMES, 2017, p. 44).

Os preconceitos, provenientes do período colonial, atingem diretamente a mulher negra, pois no Brasil, a naturalização do racismo está evidente nos dados estatísticos e em diversos aspectos. Dados divulgados no relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2010) e Retrato das desigualdades de Gênero e Raça (2015), convergem mostrando que a população negra acessa menos o Sistema Único de Saúde-SUS. Os números também revelam a desigualdade na educação quanto à baixa escolaridade da população negra.

Os números seguem denunciando os índices alarmantes no Sistema de Segurança Pública, com as enormes taxas de homicídios (na verdade, genocídios) da população negra, especificamente, entre os jovens. A interpretação de todos esses dados exige uma compreensão de que as questões étnico/racial e de gênero são estruturais das múltiplas relações desiguais de poder. Como reflete Sueli Carneiro (2019, p.102), a respeito da misoginia, machismo e racismo, referindo-se ao pensamento autoritário do historiador Joel Rufino:

Sob outro aspecto é fundamental e estratégico para ele desqualificar em especial a mulher negra, porque atrás do rosto escuro de cada uma de nos estão mães, avós, irmãs escravas, mucamas de cama, mesa e banho. Testemunhas de uma História de derrotas e fracassos da qual somos todos herdeiros e que nenhuma mobilidade social individual pode apagar. Só a recuperação coletiva de nossa capacidade de autodeterminação pode fazê-lo. E é isto que homens e mulheres negros organizados buscam realizar por meio das inúmeras entidades negras espalhadas por todo o país que, na luta política cotidiana contra o racismo e a discriminação racial, forjam propostas de emancipação social e de resgate da dignidade de todo o povo negro deste país (CARNEIRO, 2019, p. 102)

A discussão, portanto, compartilhada até aqui, reafirma a tese de que as opressões causadas pelo racismo, seja nos quilombos ou nas periferias das cidades, sustentam o colonialismo na reprodução do capital e sua relação com o



cisheteropatriarcado. Contudo, essas mulheres, na organização social e política dos seus grupos, por onde transmitem à geração mais nova epistemologias ancestrais, fazem da diáspora uma instrumentalidade de fissuras no bloco monolítico das hierarquias, dos privilégios, dos afetos e da estética branca, masculina e burguesa. Desse modo, travam uma luta anticolonial, descolonial, contra o Estado racista (DAVIS, 2016), como os estudos que mostramos a seguir se concentraram.

REFERÊNCIAS ÀS MULHERES QUILOMBOLAS EM PESQUISAS ACADÊMICAS

O *feminismo descolonial* tem se detido a análise das violações sofridas pelas mulheres negras, indígenas, mestiças e do terceiro mundo, reconhecendo suas lutas potenciais na construção de *decolonialidades*, isto é, seus protagonismos no enfrentamento às estruturas opressivas do Estado capitalista. Essa assertiva comparece neste texto como parte das reflexões teóricas de uma pesquisa maior em andamento, denominada “Mulheres Quilombolas em Movimento: o protagonismo feminino na organização social e política do território”, realizada em duas regiões do Brasil Norte e Sul, por meio da linha de pesquisa “gênero, geração, raça e etnia em contextos amazônicos”, do grupo de estudo e pesquisa INTERFACES, do curso de Serviço Social da UFPA.

Os primeiros resultados foram organizados a partir de um levantamento bibliográfico acerca da produção científica referente ao ativismo da mulher quilombola na organização social e política do território tradicionalmente ocupado. Para obtenção dos dados, utilizou-se o catálogo de teses e dissertações da CAPES, no recorte temporal de 2010-2019. O levantamento bibliográfico evidenciou que o protagonismo dessas mulheres tem se constituído em objeto de investigação científica com mais recorrência, como mostram o Gráfico 1 e o Quadro 1, abaixo:



Gráfico 1 – Temas de Teses e Dissertações sobre mulheres quilombolas: período 2010 a 2019



FONTE: CAPES, 2019, elaboração: Amoras e Teixeira (2019)

Quadro 1: Identificação das Teses sobre mulheres quilombolas: ano, autoras/es e título

Nº	ANO	AUTORAS/ES	TÍTULO
01	2012	Tereza Almeida Cruz	Um estudo comparado das relações ambientais de mulheres da floresta do vale do Quaporé (Brasil) e do Mayombe (Angola) 1980 - 2010
02	2012	Simone Ritta dos Santos	Comunidades quilombolas: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera público brasileira.
03	2013	Viviane de Oliveira Barbosa	Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no maranhão
04	2017	Gisely Pereira Botega	Mulheres de um quilombo e seus processos de socialização com as crianças
05	2017	Maria Albenise Farias Malcher	O olhar geográfico: a formação e territorialização de comunidades quilombolas no município de São Miguel do Guamá - Pará
06	2017	Josilda Batista Lima Mesquita Xavier	Representações sociais e saberes de mulheres quilombolas: tessituras e vida no bioma caatinga
07	2018	Cleyciane Cássia Moreira Pereira	Necessidades informacionais das mulheres da comunidade quilombola de Itamatatuiua – Maranhão
08	2018	Luiza Dias Flores	Ocupar: composições e resistências quilombolas
09	2018	Márcia Leyla de Freitas Macêdo Felipe	Protagonismo feminino: comunidade quilombola sítio arruda em Araripe - CE
10	2018	Mariléa de Almeida	Territórios dos afetos: o cuidado nas práticas femininas quilombolas contemporâneas do Rio de Janeiro.



11	2019	Silvane Aparecida da Silva	O protagonismo das mulheres quilombolas na luta por direitos em comunidades do estado de São Paulo (1988-2018)
----	------	----------------------------	--

FONTE: CAPES, 2019, elaboração: Amoras e Teixeira (2019)

Quadro 2: Dados das dissertações sobre mulheres quilombolas: ano, autoras/es e título

Nº	ANO	AUTORAS/ES	TÍTULO
01	2011	Haydeé Borges Fonseca	QUILOMBOLAS DE JAMBUAÇU: seus saberes e educação como fator de politização e identidade
02	2013	Karoline dos Santos Monteiro	As mulheres quilombolas na Paraíba: Terra, trabalho e território
03	2013	Ranchimit Batista Nunes	Educação, gênero e afrodescendência: a educação escolar e a organização de mulheres quilombolas em Brejão dos Aipins
04	2015	Thaís Cristine de Queiroz Costa	Mulheres quilombolas e o pertencimento étnico-racial: elementos para uma análise da constituição dos perfis identitários na comunidade de quilombo Sítio Veiga em Quixadá/CE
05	2015	Karla Dias de Lima	A comunidade quilombola do tucum: liderança feminina e práticas cotidianas (Tanhaçu – BA)
06	2015	Elizete Gonçalves dos Santos	Labirinto de gênero e ambiente: diálogos com alguns jovens quilombolas da comunidade de mata cavalo
07	2015	Lisie Alende Prates	O olhar feminino sobre o cuidado à saúde da mulher quilombola
08	2016	Antonia Lenilma Meneses de Andrade	Mulheres quilombolas Movimento, Lideranças e Identidade
09	2016	Maria Raquel Dias Sales Ferreira	Mulheres Quilombolas e Culturas do Escrito: Voz e Letra na Comunidade Quilombola do Mato do Tição
10	2016	Camila Evaristo da Silva	Protagonistas no palco do cotidiano: mulheres da comunidade Quilombola do Morro do Boi, Balneário Camboriú, Santa Catarina
11	2016	Wanderleide Berto Aguiar	“Não tínhamos conhecimento nenhum”: a voz ativa e política das mulheres quilombolas da comunidade buriti do meio - norte de Minas Gerais
12	2016	Raimunda Patrícia Gemaque da Silva	O lado feminino do quilombo: o território quilombola sobre o enfoque de gênero nas comunidades da boa vista e moura, em Oriximiná-PA
13	2016	Tiago Larrosa Freitas	As buscas pelo Bem Viver Quilombola: Resistências, re-significações e traduções culturais identitárias no Quilombo dos Teixeiras, Mostardas/RS
14	2016	Laís Rodrigues Campos	Do Quilombo à Universidade: trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará-Campus Belém quanto à permanência
15	2016	Maria Edinalva de Oliveira Carmo	A relação mulher-natureza na comunidade de remanescentes do quilombo de fojo, Itacaré – BA
16	2017	Alcione Ferreira da Silva	Nas trilhas da ancestralidade e na força da cor: protagonismo social de mulheres da comunidade quilombola do Grilo-PB na luta pelo direito social à terra



17	2017	Ana Carolina Araujo Fernandes	Do fogo e da justiça: Sandra Maria da Silva Andrade, movimentos de uma filha de Xangô na luta Quilombola
18	2017	Sirlene Barbosa Correa Passold	Desapocadas: concepções de beleza e conhecimentos tradicionais de mulheres quilombolas do Puris- MG
19	2017	Elaine Lopes de Souza	Narradoras do batuque: protagonismo e identidade no Quilombo do Serrote
20	2017	Joao Paulo Alves Costa	Gênero, saberes e poder: o protagonismo de mulheres negras na organização política e social da comunidade remanescente de quilombos São José de Icatu - Mocajuba/PA
21	2017	Vivianne de Sousa	Mama África: os quilombos do sertão e as lutas das mulheres das comunidades Negras de Catolé do Rocha - PB
22	2017	Luciano da Silva Pereira	Trajetória de vida, estratégias de resistência e protagonismo de professoras quilombolas da comunidade de chumbo/Poconé/MT
23	2017	Wynklyns da Conceição de Lima	Memórias de mulheres quilombolas e identidade territorial da comunidade Nova Jutaí, Breu Branco-PA
24	2018	Girleide da Silva Xavier	Mulheres do quilombo: identidade étnica, gênero e educação na comunidade porto dos cavalos – Ilha de Maré/Bahia
25	2018	Dirce Cristina de Christo	As vidas que as mulheres criam: caminhos de resistência e luta pelo território na comunidade quilombola Macaco Branco
26	2018	Ana Celia Barbosa Guedes	Mulheres quilombolas e uso de plantas medicinais: práticas de cura em Santa Rita de Barreira/PA
27	2018	Juliana de Jesus Santos	“Pescadera”, “vazantera”, “quilombola”: o trabalho da mulher, na comunidade de Croatá – Januária/MG.
28	2018	Patrícia Venzo Garcia Vithoft	Narrativas, agências e trajetórias: para uma etnobiografia de mulheres de quilombos de chapada dos Guimarães/MT
29	2018	Juliana Oliveira Guimaraes	Design Gráfico para causas sociais: a territorialidade como elemento balizador na valorização da identidade de um coletivo de mulheres quilombolas na Região Metropolitana de Belo Horizonte
30	2018	Cledineia Carvalho Santos	Comunidade quilombola nova esperança: a mulher na construção da identidade étnica
31	2018	Nathalia Dothling Reis	O cuidado como potência: entre o público e o privado e as lideranças de mulheres nas Comunidades Remanescentes de Quilombo Aldeia e Toca de Santa Cruz
32	2018	Geilza da Silva Santos	Mulheres Quilombolas: território, gênero e identidade na Comunidade Negra Senhor do Bonfim, Areia/ PB (2005-2018)
33	2018	Katiucia da Silva Nardes	Meu cabelo representa a minha força”: histórias de vida de acadêmicas quilombolas da UFT
34	2019	Antonilda da Silva Santos	O processo de emancipação da mulher quilombola: participação política na associação das comunidades remanescentes de quilombos das ilhas de Abaetetuba - arquia



35	2019	Rubia Mara Ferreira de Alvarenga	Mulheres quilombolas: resistência em processos educacionais e culturais
36	2019	Andreza Cristina da Costa Silva	Memórias, cotidianos e histórias: retalhos de identidades de mulheres negras em construção.

FONTE: CAPES, 2019, elaboração: Amoras e Teixeira (2019)

Esses estudos situam a agência das mulheres quilombolas no sistema de dominação, mostrando que elas têm participação ativa na organização social e política do território e no enfrentamento ao Estado autoritário. Elas também são guardiãs do repertório ancestral do grupo e salvaguarda da memória, sendo transferidos pelo modo como chefiam suas famílias extensas; pelo saber que intercambiam na feitura dos alimentos, no cultivo das plantas, na criação dos animais, nos processos de socialização e de educação dos mais novos, nas expressões artísticas, nos rituais religiosos, nas práticas de cuidado e de cura.

Nesses processos, de luta interna e externa ao território, nas últimas décadas, vem construindo a participação no movimento social com a denúncia ao racismo, ao machismo e em defesa dos povos tradicionais. Assim, essas mulheres, ao criarem espaços de negritude pela afirmação da identidade da mulher negra e quilombola, estão potencializando lutas históricas contra a sociedade racializada e patriarcal.

As mulheres quilombolas, nesses estudos, mostram que a superação das desigualdades de gênero e de classe só será possível com enfrentamento ao racismo, ou seja, com a ruptura das estruturas do capitalismo. As reflexões produzidas por essas pesquisas possibilitam fazer o questionamento à *colonialidade de gênero*, isto é, ao modo como as mulheres quilombolas têm seus corpos, historicamente, subalternizados, racializados, masculinizados, ou seja, impedidas de existir como humanas, como discute Collins (2019, p. 331): “[...] as pesquisas acadêmicas também investigam a força e a resiliência das mulheres negras diante das dificuldades e do desespero, características típicas da resistência das mulheres negras a essa opressão multifacetada[...]”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *interseccionalidade* compareceu neste texto como uma ferramenta analítica e política que possibilita compreender as opressões contra a mulher negra e amazônica, na



tessitura da complexa teia racializada do capitalismo, engendrada pelo projeto colonial nessa Região. As reflexões juntam-se aos estudos, aqui apresentados, para mostrar que as opressões de gênero, raça e classe precisam ser compreendidas de forma interligada quando se mira o questionamento e rebatimento do capitalismo.

A *interseccionalidade*, como categoria analítica e política, visa o fortalecimento da luta decolonial das mulheres negras em suas múltiplas demandas e em diversos contextos. Cabe, portanto, nesse sentido, aos grupos de pesquisas engajadas, instigarem os cânones das Ciências Sociais, Humanas e Naturais que se pautam pelo “mito da neutralidade científica” e pela racionalidade da ciência única e eurocêntrica.

Por fim, como questiona Akotirene (2019, p. 22): “Daí não ter cabimento exigirem agência política para que se levantem sozinhas depois dos impactos da colonização, nem as tratem como a mãe preta, sobrenatural, matriarca, guerreira, que tudo agüenta e suporta”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; *Pólen*, 2019.
- ANZANDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*: Florianópolis, v. 8, n.1, 2000, p. 229-236. ISSN 1806-9504. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>> . Acesso em: 12 mai. 2017.
- AMARO, Sarita. A questão racial na Assistência Social: um debate emergente: In: Revista Serviço Social & Sociedade, n. 81. São Paulo: *Cortez*, 2005.
- AMORAS, Maria do Socorro Rayol. “No Abacatal (também), uma Flor”: um estudo antropológico sobre a relação criança & trabalho. 2014. 263 f. Tese (doutorado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; *Pólen*, 2019. 22-59 p. CAPES. Catálogo de teses e dissertações. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 21 ago. 2019.
- CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. São Paulo: Sueli Carneiro; *Pólen*, 2019. 102 p.
- COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro. Conhecimento, consciência e apolítica do empoderamento. São Paulo: *Boitempo*, 2019. 331 p.
- CRESNSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: *Unifem*. 2004. Disponível em:



<<https://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>

Acesso em: 14 set. 2017.

DAVIS, Angela. Mulher, raça e classe. São Paulo: *Boitempo*, 2016.

DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: *Contexto*, 1997.

DECLARAÇÃO DO COLETIVO COMBAHEE RIVER, 2013. Disponível em:

<<http://rodrigossilvadoo.blogspot.com/2013/11/declaracao-do-coletivo-combahee-river.html>>

Acesso em: 05 ago. 2019.

GELEDÉS. Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2010). Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Relatório_2009-2010.pdf> Acesso

em: 05 de jan. 2019.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no

Brasil: uma breve discussão. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-relacoes- raciais-no-brasil-uma-breve-discussao/>> Acesso

em: 12 mai. 2017. 44 p.

IPEA. Instituto de pesquisa econômica aplicada. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015. 2017. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526>

Acesso em: 06 mar. 2020.

IPEA. Instituto de pesquisa econômica aplicada. Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil. Brasil, n. 75, jun. 2020. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35791&catid=437> Acesso em: 15 jul. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas 2019-2020. Disponível em:

<<https://mapasinterativos.ibge.gov.br/covid/indeg/>> . Acesso em: 13 jul. 2020.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, setembro-dezembro/2014. 935-941 p.

SILVA, Wladimir Barbosa; BARRETO, Maria Renilda N. Mulheres e Abolição: protagonismo e ação. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*. Dossiê Temático: Raça, Ciência e Gênero. Rio de Janeiro, v.6, n. 14, jul.-out. 2014, p. 50-62. ISSN 2177 – 2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/issue/view/7>>

Acesso em: 26 jul. 2020.

MBEMBE, Achille, *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n - *1 edições*, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim epidemiológico especial: doença pelo coronavírus covid - 19. Disponível em: <<http://saude.gov.br/images/pdf/2020/July/15/Boletim-epidemiologico-COVID-22.pdf>> Acesso em: 13 jul. 2020.

PATEMAN, C. O Contrato sexual (1988). Tradução de Marta Avanchini. São Paulo: *Paz e Terra*, 1993.



PAREDES, Julieta. Hilando Fino. Desde el feminismo comunitário. *La Paz*, Enero de 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *CLACSO*, 2005. 117 p.

SEGUP. Secretaria de Segurança do Pará. Campanha sinal vermelho. Disponível em: <http://www.segup.pa.gov.br/noticias/governo-refor%C3%A7a-campanha-%E2%80%9C sinal-vermelho%E2%80%9D-contra-viol%C3%Aancia-dom%C3%A9stica>> Acesso em: 30 jun.2020

Recebido em: 01/06/2022

Aprovado em: 25/06/2022